

ANÁLISE PÊCHEUTIANA DO DISCURSO DA BRASKEM FACE AO CRIME CORPORATIVO EM MACEIÓ

Pecheutian analysis of Braskem's Discourse on the Corporate Crime in Maceió

Paulo Everton Mota Simões

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca,
AL, Brasil

Rômulo Carvalho Cristaldo

Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE)
da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil

Informações do artigo

Recebido em 22/11/2022

Aceito em 20/03/2023

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n257.p601-628>



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

SIMÕES, Paulo Everton Mota; CRISTALDO, Rômulo Carvalho. Análise pêcheutiana do discurso da Braskem face ao crime corporativo em Maceió. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**.

Salvador/Recife, v. 47, n. 257, p. 601-628, set./dez. 2022.

DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n257.p601-628>

Resumo

Este trabalho tem como objetivo realizar um gesto de interpretação sobre como a Braskem tenta silenciar sua autoria no crime corporativo em Maceió, Alagoas. Considerando a Teoria do discurso associada às abordagens críticas à atuação empresarial do ponto de vista da sustentabilidade e utilizando a Análise do Discurso Francesa, fundada por Michel Pêcheux, aplicada sobre um corpus que reúne três seqüências discursivas retiradas do relatório da Braskem sobre seu programa de compensação financeira e apoio à realocação em junho de 2022. O trabalho visará como principais resultados a Braskem, após explorar o subsolo de Maceió colhendo avidamente um bem natural, gerando valor para os acionistas e repassando os custos dos danos socioambientais à Administração Pública, em última instância, à sociedade, procurou encobrir sua responsabilidade na causa do desastre por meio de uma política do silêncio. A empresa utiliza a designação "fenômeno geológico" produzindo um discurso no qual os cinco bairros da capital alagoana foram atingidos por um fenômeno natural, inesperado e desvinculado da mineração desastrosa do sal-gema. Tenho como conclusões que o discurso da Braskem reduz o maior crime socioambiental em área urbana, em curso no planeta, a um evento da Natureza. Está presente no funcionamento discursivo, não somente a omissão diante da autoria do crime, mas a utilização do discurso para atenuar a gravidade dos fatos. Da posição de causadora do desastre, a Braskem se torna apenas mais uma parte interessada, que envida esforços para mitigar os efeitos de um fenômeno geológico.

Palavras-Chave: Crime Corporativo. Análise do Discurso. Braskem. Mineração.

Abstract

Objective: the main goal is to perform a gesture of interpretation on how Braskem tries to silence about its responsibility on the corporate crime in Maceió, Alagoas. Considering the Theory French Discourse Analysis from a Pecheautian perspective applied on a *corpus* which gathers three discursive sequences found in Braskem's report on financial compensation and relocation support program in June 2022. The work will aim as main results Braskem, after exploring the subsoil of Maceió, eagerly harvesting a natural asset, generating value for shareholders and passing on the costs of socio-environmental damage to the Public Administration, ultimately to society, sought to cover up its responsibility in the cause of the disaster through a policy of silence. The company employ the term "geological phenomenon" to create the mistaken perception that the five Maceió's neighborhoods that were harmed were hit by a natural, unexpected phenomenon unrelated to the reckless Braskem's rock salt mining facility. I have conclusions that the Braskem's speech reduces the greatest socio-environmental crime in urban areas on the planet to an event of Nature. This is clear from the discursive functioning, not only the omission the denying authorship, but the use of speech to mitigate their responsibility. From its mocking attitude, Braskem becomes just another interested party, which even make efforts to help mitigating the effects of some geological phenomenon.

Keywords: Corporate Crime. Discourse Analysis. Braskem. Mining.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento foi adjetivado de sustentável por um fato histórico-discursivo, a publicação do relatório Brundtland ou *Nosso Futuro Comum* em 1987 (UNITED NATIONS [UN], 1987). Nascia uma definição para o termo Desenvolvimento Sustentável (DS), tornando-o um acontecimento enunciativo, que forneceu a base linguístico-discursiva da sustentabilidade que viria a dominar o debate público na passagem do milênio (BIERMANN et al, 2022; PAZIENZA, de JONG & SCHOENMAKER, 2019). Segundo aquele documento, desenvolvimento capitalista não é incompatível com proteção ao meio ambiente desde que aconteça de modo sustentável, implicando em ações que contemplem as dimensões: social, econômica e ambiental.

Devido à repercussão do Relatório, posteriormente, à realização da Conferência Rio-92, ONU e Banco Mundial fizeram da sustentabilidade a alternativa única para o futuro disaster da humanidade, erigindo, portanto, um projeto de DS que, para ser levado a cabo, demandou o engendramento de um sistema para sua governança global (IVO, 2016). Destarte, o objetivo central da proclamação da sustentabilidade é a não interrupção do crescimento econômico, pois o que precisa se tornar duradoura, a qualquer custo, é a acumulação capitalista (HORNBERG, 2020), embuçada pelo discurso da sustentabilidade.

O mercado tem se apropriado, cada vez mais, de práticas e discursos que colocam na pauta corporativa as preocupações com Natureza e a sociedade. Consolidou-se um discurso de sustentabilidade, de caráter global, pautado por normas e regulações privadas, concebidas no seio de organizações sem fins lucrativos, especializadas em produzir e reproduzir tal discurso (SIMÕES; ERICSON, 2021). São exemplos internacionais e brasileiros, de organizações que cumprem o papel de fazer da sustentabilidade uma prática de mercado, as seguintes: Global Reporting Initiative (GRI); World Business Council for Sustainable Development (WBCSD); Instituto ETHOS e Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), dentre outras.

Não raro a abordagem, conceitual e prática, da sustentabilidade confunde-se com as questões da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), o que requer um esforço adicional em traçar as fronteiras entre RSE, DS e sustentabilidade. Depreende-se de artigos produzidos a partir dos anos 2000 que, apesar de haver um consenso que legitima as práticas “social e ambientalmente responsáveis” das empresas, não há consenso em torno de uma definição, sendo estas noções formuladas de maneira confusa e, muitas vezes, contraditórias,

revelando uma diversidade de abordagens (BIERMANN et al, 2022; OPIELKA, 2022; PAZIENZA et al., 2019; SIMÕES, 2019).

A discussão de sustentabilidade é predominante esvaziada de categorias que deem conta da diversidade social e da legitimidade das variadas formas de apropriação e uso dos recursos ambientais nos territórios (ACSELRAD, 2020). Esse posicionamento sugere a crítica à incorporação da sustentabilidade na gestão empresarial, que constrói para si uma normatização privada. O DS se torna um equivalente da sustentabilidade por meio de um trabalho ideológico de organização de sentidos, deslocando o foco da sustentabilidade planetária global para o processo de sustentação do enriquecimento empresarial (ERGENE et al., 2020). É a partir desta contradição, que se considera haver um trabalho ideológico de mobilização de sentidos em torno da sustentabilidade para encobrir seu efeito de sentido de sustentação da reprodução do capitalismo.

As práticas empresariais e, conseqüentemente, os discursos sustentáveis se constroem com o objetivo de tornar, discursivamente, compatível a relação entre crescimento econômico e proteção à Natureza na economia-mundo capitalista. Destaca-se o “discursivamente” tendo em vista os crescentes exemplos de crimes de grandes corporações contra a Natureza, como os casos da Vale (SIMÕES, 2019) e com destaque para o silenciamento (ORLANDI, 2015) sobre o maior desastre ambiental em área urbana no mundo (FRAGOSO, 2022), provocado pela mineração desastrosa (GALINDO, 2022) de sal-gema da petroquímica Braskem em Maceió, Alagoas.

Em 2018 surgiram fissuras, trincas e rachaduras no bairro Pinheiro, que se agravaram a partir de um tremor de magnitude 2,5 na escala Richter no mês de março. A partir daí houve rebaixamento do solo nos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol. A Companhia de Pesquisa de Recurso Minerais (CPRM), em maio de 2019, constatou que o processo de subsidência em curso é proveniente da mineração de sal-gema pela Braskem. Tem havido evacuação em massa e desvalorização dos imóveis remanescentes, inclusive o bairro Mutange se tornou totalmente inabitado. A Braskem assumiu os custos dos aluguéis e indenizações a moradores atingidos e comerciantes e realiza obras para fechamento das minas, porém não declara sua responsabilidade pelo crime que nomeia de “evento/fenômeno geológico”. (SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL [CPRM], 2019; SANTOS et al., 2020; BRASKEM, 2021; FRANÇA, 2021)

As pessoas que permaneceram nos bairros afetados, por seus imóveis não terem sido

incluídos no zoneamento de risco, padecem um processo de “ilhamento socioeconômico”, “uma vez que estão ficando sem acesso aos equipamentos e políticas públicas necessárias à manutenção da vida em comunidade” (MACEIÓ, 2021, p. 25). Há relatos de impactos em sua saúde física e mental, casos de suicídio, perda de fontes de renda, entre outros. Moradores e comerciantes vêm se organizando em movimentos sociais e associações para se opor ao silenciamento, fazer pressão com vistas a obter contrapartidas justas e pela inclusão no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF) das famílias que estão em isolamento socioeconômico (PRONZATO, 2021).

O PCF, criado em novembro de 2019, opera por meio do acordo assinado em janeiro de 2020 com o Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE), Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE). Até fevereiro de 2022, mais de 14 mil imóveis foram desocupados; 10,8 mil indenizações realizadas; 3,8 mil propostas de compensação apresentadas para comerciantes e empresários, tudo isso totalizando um montante próximo a R\$ 2,27 bilhões pagos em indenizações, auxílios financeiros e honorários advocatícios (BRASKEM, 2022).

A estimativa da petroquímica para arcar com os custos dos danos está próxima a R\$ 10 bilhões. Em contrapartida, a empresa está se tornando proprietária de 3 km de orla marítima e cerca de 300 hectares de áreas urbanas em Maceió. Estima-se que, a longo prazo, o ativo imobiliário se valorize chegando até os R\$ 40 bilhões (ANGELO, 2021; PRONZATO, 2021). Tal estimativa de ganhos é um exemplo de acumulação por espoliação, uma atualização do conceito marxiano de acumulação primitiva, que assume diversas formas: expulsões de povos do campo; coexistência com a agricultura familiar em benefício do agronegócio; apropriação e cooptação de realizações culturais e sociais anteriores ao capitalismo; biopirataria; mercadificação da Natureza; corporativização e privatização de bens e utilidades públicas, sempre valendo-se do poder do Estado para se concretizar (HARVEY, 2013).

Diante da problemática exposta, este trabalho tem por objetivo realizar um gesto de interpretação que confronte o dizer da Braskem com dizeres outros que o contrapõem, à luz da análise materialista do discurso de Michel Pêcheux (2016), a partir de um corpus a ser identificado nas materialidades discursivas expostas na tabela 1 da quarta seção.

NOVAS CONFIGURAÇÕES EMPRESARIAIS NA MUDANÇA DE CICLO SISTÊMICO

CAPITALISTA E A BRASKEM COMO ALTERNATIVA COMPETITIVA

Pode-se afirmar que a importância da dimensão discursiva da atuação empresarial, embora talvez nunca negligenciável, cresce no contexto das transformações do capitalismo global a partir do último quartel do século XX, com o declínio da hegemonia estadunidense e ascensão da estratégia neoliberal (DENEMARK, 2021). Em primeiro lugar, o Estado de bem-estar, a forma institucional e política que marcou o período, começa a ser contestada em virtude de uma crise fiscal e de representação, dando uma nova forma ao campo global de poder (AWASS, 2022). Por sua vez, a grande corporação transnacional típica da hegemonia estadunidense, passou a sofrer forte competição de novas formas organizacionais, por assim dizer, flexíveis (ARRIGHI et al., 1999). A ascensão de arranjos alternativos de articulação Estado-empresa, a partir de bases organizacionais, culturais, políticas e institucionais distintas, intensificaram tanto a competição interestatal, como concorrência interempresarial.

No bojo de desajustes sistêmicos (DENEMARK, 2021), de reprodução do capital (MÉSZÁROS, 2021) e ambientais (HORNBORG, 2020), a dimensão discursiva da atuação da empresa capitalista se evidencia *pari passu* a essa cada vez mais intensa competição. De um lado, porque os mercados de nicho se tornam cada vez mais importantes como espaços de valorização de capital, o que demanda tanto um preparo para o rápido ajuste produtivo face às flutuações de interesses de um público muito peculiar, como exige a capacidade de moldar e segmentar a comunicação para além da mera publicidade, construindo relações a partir de verdadeiras identidades simbólicas vinculadas à expectativas de imagem, atitude e padrões de consumo dos clientes (AKBAR et al., 2017; SÊGA, 2013). Por outro lado, porque a legitimidade já historicamente ambígua (para dizer o mínimo) da assim chamada comunidade de negócios, vai sendo cada vez mais contestada no mundo da comunicação em tempo real da internet, dos computadores pessoais e dos smartphones, o que permite que os crimes corporativos sejam mais bem documentados, amplamente divulgados e mais aprofundadamente escrutinados (OLIVEIRA; ALCADIPANI, 2021).

Como já foi dito, uma das características do *fin du siècle* de uma hegemonia global é o surgimento de alternativas de organização da atividade de produção de valor (THOMPSON, 2020). Isso fica evidente ao se observar como a corporação transnacional estadunidense — caracterizada por gestão burocrática, concentração vertical e estrutura multidivisional, capaz

de construir lucros vultosos por meio das economias de escala e escopo proporcionadas pelo seu tamanho — passa a sofrer com a concorrência de variantes mais “produtivas” (do ponto de vista capitalista) a partir da década de 1970 (ARRIGHI et al., 1999). Essas novas organizações trouxeram processos flexíveis de gestão, diferentes estruturas de propriedade, articulando características de empresas de menor porte, familiares em certos casos, assim como uma assimilação orgânica das mais recentes tecnologias de comunicação e informação, que proporcionam também modalidades atualizadas de exploração do trabalho (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020).

No jogo da competição em plano mundial se apresentaram então diversas e novas configurações empresariais. O modelo monopolista alemão, caracterizado por uma articulação entre oligopólios empresariais associados ao sistema financeiro em cartéis e assistidos pelo Estado, o qual herdava nuances do velho corporatismo europeu (SCHMITTER, 1974). Os chaebol sul-coreanos (LIM, 2019), assim como zaibatsus e *keiretsus* japoneses (NAKAMURA, 2001), conglomerados familiares, articuladas a dinastias políticas em Estados ativamente participantes em suas economias, que integram verticalmente instituições financeiras (Shi et al., 2019); e que receberam vultosos investimentos e cooperação dos EUA como parte da estratégia geopolítica de contenção da URSS (SANT’ANNA; WELLER, 2019). As redes e clusters de empresas de pequeno e médio porte que emergem de outros países da União Europeia, compensando seu tamanho com inovações e estratégias conjuntas e se aproveitando de nichos de operação ignorados pelos grandes conglomerados (MANUKYAN, 2022). A Braskem, caso aqui analisado, certamente pode ser considerada assim, um tipo diferenciado, emergente, de estrutura de gestão.

Essa trajetória se inicia com a operação de extração do mineral sedimentar quimiogênico sal-gema em Maceió, implementada em 1976 com o estabelecimento da empresa Sal-Gema SA. Em 1995, o governo brasileiro vendeu 23,21% das ações ordinárias e 33,73% das preferenciais da Salgema Indústrias Químicas S.A. Nessa privatização, 49,94% do capital votante passou a ser da Empresas Petroquímicas do Brasil (grupo Odebrecht), 50% da Copene e 0,06% para outros acionistas. Naquele momento, a empresa, com sede em Maceió, Alagoas, era responsável por cerca de 40% da produção de soda cáustica e cloro do país (SANTOS, 1995). No ano seguinte muda o nome para Trikem. Em 2002 é criada a Braskem SA, a partir da fusão de OPP, Trikem, Copene e outras empresas do ramo de petroquímica no Brasil. Em um primeiro olhar, se assemelha a uma multidivisional tradicional: a Braskem é

uma empresa de capital aberto, com ações negociadas nas bolsas de NY e Madri, quarta maior petroquímica do mundo em faturamento, com operações nos Estados Unidos, Alemanha e México, além de 29 plantas industriais em território brasileiro (BRASKEM, 2021a).

A composição acionária da Braskem revela um pouco mais. A empresa é controlada pela Novonor, que detém 38,3% das ações (50,1% de capital votante). O segundo maior acionista é uma empresa Estatal, a Petrobrás, que é dona de 36,1% das ações (47% de capital votante) (BRASKEM, 2021a). Sua controladora na verdade é a mesma holding Odebrecht S.A. sob nova marca após os escândalos de corrupção junto a Petrobrás (PIMENTA; VENTURINI, 2021), uma empresa de capital fechado e gestão familiar — seus donos e principais executivos são da família Odebrecht —, que atua nas áreas de construção, engenharia, química, energia e está presente em 21 países. Trata-se de uma empresa transnacional, com sede na Bahia, derivada da expansão e diversificação da Construtora Norberto Odebrecht fundada em 1944 (GASPAR, 2020).

Cumprir notar que os vários ciclos de expansão da Odebrecht estiveram associados à relação íntima com o poder no Brasil, a despeito de se apresentarem como governos autoritários, liberais ou populares. Os primeiros grandes projetos assumidos pela empresa, em meados do século XX, foram contratos de construção pesada com o Estado brasileiro. A seguir, se internacionalizou acumulando *know-how* e capital durante a ditadura militar, assim como recebendo auxílio direto da diplomacia pragmática brasileira na prospecção de novos mercados e parceiros (CRISTALDO, 2011). Mais adiante, já nos governos do PT, se articula a programas sociais no Brasil, bem como participa de projetos da assim chamada cooperação sul-sul com a África, além de se envolver novamente em projetos de infraestrutura (GASPAR, 2020). Não é possível dizer ao certo se a Odebrecht cresceu à sombra do Estado brasileiro, ou se o Brasil se tornou o que é hoje — para o bem e para o mal — à sombra de sua maior construtora. Tampouco é possível dissociar a Braskem da sua controladora, a Novonor/Odebrecht.

Em outras palavras, a Braskem é uma empresa privada, porém controlada por uma *holding* familiar cujo sucesso se deve a um longo histórico de relação próxima com o Estado, muitas vezes em circunstâncias mais do que suspeitas (GASPAR, 2020; PIMENTA; VENTURINI, 2021). Além disso, a segunda maior parcela de capital investido vem de uma empresa que pertence ao Estado brasileiro (Braskem, 2021a). Ainda, desde sua fundação a

Braskem captou recursos na forma de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) regularmente, perfazendo um montante total de R\$ 18,8 bilhões entre 2001 e 2016 (GUEDES, 2019, p. 148). E o BNDESpar — divisão de investimento do BNDES — manteve participação na Braskem desde 2006 até 2016, com assento no conselho de administração da empresa até 2015.¹ Não se pode deixar de concluir que a configuração de propriedade da Braskem se aproxima muito do que é observado nos cartéis alemães ou nos *keiretsus* japoneses, uma forma alternativa de estruturação que articula empresa familiar, Estado, empresas estatais, uma instituição financeira de fomento e relações obscuras com o poder político. Trata-se, portanto, de uma estrutura alternativa de competição capitalista.

PROJETO NEOLIBERAL DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A partir do relatório Brundtland forjou-se a ideia de desenvolvimento sustentável (DS) como modelo socioambiental vigente no capitalismo, cujo objetivo seria o de expungir a contradição entre crescimento e preservação da Natureza (SIMÕES; ERICSON, 2021). O termo DS se origina no documento de 1987 e sua historicidade se relaciona muito intimamente com as necessidades de reprodução do capitalismo (ERGENE et al., 2020; MONTIEL; DELGADO-CEBALLOS, 2014; LANDRUM, 2017; MOREIRA, 2010). Trata-se, portanto, de um projeto ecológico neoliberal, um consenso útil porque passível de adaptação a distintos interesses na então nova ordem: mercado, Estado e assim chamada sociedade civil (JONES; STAFFORD, 2021; MOORE, 2022; PATTBERG, 2009).

O relatório Brundtland criou e contribuiu para a imposição de uma lógica global (VISVANATHAN, 1991), a qual engendrou um modelo socioambiental de desenvolvimento que se tornou um consenso planetário a partir da Conferência Rio-92. Qualquer que seja o adjetivo a qualificar o desenvolvimento no contexto do capitalismo, enquanto sistema social histórico (THOMPSON, 2020), a matéria do desenvolvimento permanece sendo o crescimento econômico (VEIGA, 2015). Há, pois, uma assimilação da questão ambiental pela lógica do mercado, legitimada pela globalização neoliberal, que representa um período sem igual, no que diz respeito à devastação do planeta (PORTO-GONÇALVES, 2015).

¹ Segundo dados disponibilizados pelo BNDES. Fonte: <https://www.bndes.gov.br/>

O modelo socioambiental vigente camufla as determinações históricas do processo produtivo no capitalismo histórico, que se dá a partir da destrutividade socioambiental. A noção de condições de produção do discurso (COURTINE, 2014; PÊCHEUX, 1997) auxilia a análise da sustentabilidade sem descola-la de sua historicidade, enquanto discurso neoliberal polifônico, a serviço de um sistema que se mantém a partir do movimento de a tudo mercantilizar e de maximizar a acumulação incessante (THOMPSON, 2020). A sustentabilidade é um artifício do capitalismo para se manter como único sistema econômico viável, atenuar as críticas que sofre, transformar as externalidades das organizações empresariais em novas frentes de acumulação e, ainda, transferir o ônus da degradação da Natureza aos países periféricos e classes subalternas (FREITAS et al., 2012).

Ao considerar a distribuição material desigual do sistema-mundo (THOMPSON, 2020), observa-se que o modelo socioambiental vem sendo imposto a partir do centro, que o exportou para a periferia. As soluções oriundas do centro capitalista para as questões ambientais, entre suas funções, pretendem perenizar as relações colonialistas de dependência estabelecidas com a periferia, uma vez que não admitem sua responsabilidade pelo fato de que a periferia degrada e destrói Natureza para atender às demandas do centro (ERGENE et al., 2020; MOORE, 2022). Note-se que a relação desigual na distribuição, tanto dos proveitos quanto dos rejeitos de gigantescas corporações só aprofundam ainda mais a desigualdade material.

Está em questão a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), a partir do predomínio de um polo dominante do padrão de poder mundial sobre a periferia, uma vez que é “a exploração das populações dessas áreas que tem tornado possível a sustentabilidade ecológica do atual padrão de poder mundial que vem se mantendo não só extremamente desigual como se polarizando ainda mais” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 42). São os países periféricos que asseguram a reprodução do capitalismo nos países industrializados, às custas de produção primária, riquezas sociais e Natureza. A periferia continua a sofrer os efeitos de um desenvolvimento insuficiente graças à divisão mundial do trabalho, do intercâmbio desigual de mercadorias e da degradação ambiental, além de se manter no fornecimento das bases materiais para a acumulação de capital do polo dominante (FREITAS et al., 2012; THOMPSON, 2020).

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são a mais recente abordagem para a governança global do DS (BIERMANN et al, 2022). Nessa governança, o setor privado

tem central importância na implementação do modelo socioambiental vigente, inspirado pela estratégia neoliberal (LIMA, 2012; MOORE, 2022). Observa-se como esta perspectiva de governança vem se operacionalizando na gestão do DS a partir dos ODS, uma vez que sua implementação implica a atuação de governos, sociedade civil, setor privado, academia, mídia e Nações Unidas em um arranjo global (IVO, 2016).

A governança global do DS recebe forte influência das grandes corporações transnacionais. Tais organizações influenciam políticas ambientais e comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC), dentre outros acordos globais enquanto figuram como agentes poderosos no avanço dos discursos do DS no campo organizacional da governança global (ERGENE et al., 2020). Dentre os protagonistas que mais têm se beneficiado, destacam-se as corporações transnacionais (PORTO-GONÇALVES, 2015). Os organismos da ONU têm convergido ao financiamento privado e demonstrado a tendência aos programas que interessem às empresas, designadas como atores sociais, operando uma esdrúxula equiparação às organizações da sociedade civil. Este feito se deu, principalmente, a partir do Pacto Global, como uma tentativa de estender o sentido de participação às empresas. Destaca-se a aliança entre a ONU e os interesses privados de uma elite econômica internacional, evidenciando a influência das corporações transnacionais nas decisões tomadas pelos organismos que a compõem (TEITELBAUM, 2010).

Os anos 1990 representaram um marco para um direcionamento à lógica empresarial em todos os fóruns internacionais, nos quais se debateu a questão ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2015). Desde lá, as organizações empresariais têm sido reconhecidas e aceitas como atores legítimos no uso do discurso sustentável. Operou-se assim uma manobra a partir da qual, ao invés de causadoras da problemática ambiental, as corporações foram alçadas ao status de componentes da solução (PATTBERG, 2009). Um outro marco do avanço da lógica mercantil da sustentabilidade no universo empresarial, no final da década de 1990, foi a criação da *Global Reporting Initiative* (GRI).

As designações sustentabilidade e DS têm sido empregadas de maneira intercambiável (ERGENE et al., 2020), ainda que o significado de sustentabilidade corporativa seja um enigma até mesmo para os estudiosos de negócios (MONTIEL; DELGADO-CEBALLOS, 2014). Embora falte ainda uma definição comum, é certo que sustentabilidade tem origem na ideia de desenvolvimento sustentável (ICHIKAWA; CARRIERI, 2014; FARIA, 2014). O léxico expandiu-se aos poucos e abarca outros tantos

termos: responsabilidade corporativa, responsabilidade social corporativa, responsabilidade social empresarial, cidadania corporativa, desempenho social corporativo, sustentabilidade corporativa e gestão ambiental (LANDRUM, 2017).

Quando o substantivo “desenvolvimento” e o adjetivo “sustentável” se unem produzem um efeito de sentido de sustentação da reprodução do crescimento econômico na perspectiva capitalista. Sustentabilidade, nesse contexto, tem a ver com a sustentação do crescimento produção e do consumo material (LELÉ, 1991). A sustentabilidade foi absorvida pela empresa como prática de mercado, sendo que a noção dominante de DS resguarda o sistema capitalista de mudanças que possam afetá-lo substancialmente. Uma função do DS é preservar a perspectiva dominante de desenvolvimento, ou seja, a acumulação incessante de capital. Trata-se de um desenvolvimentismo em nova roupagem, mantendo inalterada sua estrutura de funcionamento, que é dependente da lógica capitalista de mercado (LAYRARGUES, 1997).

Nessa lógica de mercado, à sustentabilidade subjaz a racionalidade econômica (LEFF, 2009. MOORE, 2022). A ideia de desenvolvimento sustentável (DS) é um paradigma de avanço social baseado na racionalidade econômica e não em uma racionalidade ecológica, como aparece na superfície discursiva (ERGENE et al., 2020). Empresas reduzem o DS à ideia ainda mais restrita de sustentabilidade. Põem em curso muito mais “práticas identificadas com a ecoeficiência e a produção mais limpa do que uma elevação do nível de consciência do empresariado em torno de uma perspectiva de um desenvolvimento econômico mais sustentável” (DIAS, 2012, p. 43).

Na economia-mundo capitalista (THOMPSON, 2020), a sustentabilidade empresarial mantém a lógica da produção e do processo de acumulação inalterada (FARIA, 2014). A junção entre sustentabilidade e desenvolvimento é contraditória e falaciosa, uma vez que foi forjada por organizações dentro “do atual sistema de expansão da produção de supérfluos” (MÉSZÁROS, 2015, p. 987) que opera a partir de um infinito “[...] consumo destrutivo da natureza que vai degradando o ordenamento ecológico e minando suas próprias condições de sustentabilidade [...]” (LEFF, 2009, p. 27).

A sustentabilidade empresarial funciona como um discurso (PRATES, 2013), e o desenvolvimento sustentável opera como princípio discursivo de aceitação universal, uma solução inventada para escamotear os danos à Natureza, causados pelo crescente desenvolvimento capitalista, uma forma de tergiversar alterações estruturais na economia-

mundo, sustentando a tese de que não há contradições entre desenvolvimento capitalista e meio ambiente (FARIA, 2014; NOBRE; AMAZONAS, 2002). Essa tese revela-se problemática “dado que as condições atuais foram produzidas sob o férreo controle do capital” (MÉSZÁROS, 2015, p. 989), ainda mais quando consideram que ciência e tecnologia, “estritamente determinadas e circunscritas pela necessidade da perpetuação do processo de maximização dos lucros” (MÉSZÁROS, 2015, p. 989) será capaz de sanar os impactos causados ao planeta.

Destarte, a sustentabilidade funciona como um discurso pacificador, que muda a percepção da empresa da posição de causadora de danos à Natureza para um agente dotado de responsabilidade socioambiental, atuando segundo regras e mecanismos concebidos e avaliados sob a perspectiva capitalista de mercado. Ao invés de submetê-la aos controles do Estado e da sociedade, o discurso da sustentabilidade cumpre um papel inverso, pois confere legitimidade e mais liberdade à empresa, na medida em que viabiliza a licença social para operar e contribui para construção de uma imagem positiva. Tal discurso cumpre ainda uma função de reduzir riscos quanto ao investimento (MILANI et al., 2012) e proporcionar ganhos diferenciados sobre as ações quando são negociadas em determinadas bolsas de valores que as enquadram em índices de sustentabilidade empresarial.

NOTAS METODOLÓGICAS

Nesta seção, será apresentado o gesto de interpretação (ORLANDI, 2022) sobre o *corpus* da pesquisa, evidenciando os principais resultados, discutidos à luz da Análise do Discurso (AD), de vertente francesa, cujo expoente é Michel Pêcheux (2016). Foi feita uma análise linguístico-discursiva de três sequências discursivas (SDs) extraídas de um documento de 66 páginas, coletado no portal eletrônico da empresa em 27/05/2022, cujo objetivo é comunicar as ações da empresa no âmbito do Programa de compensação financeira e apoio à realocação criado em dezembro de 2019. As SDs representam o intradiscorso, a linearização do dizer, trata-se do nível da formulação (ORLANDI, 2022). Há que se considerar as condições de produção do discurso da Braskem sobre o crime corporativo que afeta a cidade de Maceió desde 2018.

As condições de produção do discurso, em sentido amplo (dimensão sócio-histórica e ideológica) se vinculam a um projeto neoliberal de sustentabilidade, que produziu “já ditos”

em outros lugares e que servem de memória (interdiscurso) ao sujeito do discurso: o Relatório Brundtland; as conferências no âmbito da ONU; o Global Compact e o GRI; os ODS; e, mais recentemente, os conteúdos relacionados às questões ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG). Para Orlandi (2015), as condições de produção estão relacionadas ao sujeito, à memória discursiva e à situação. As condições de produção em sentido amplo dizem respeito ainda à “sua carga sócio-histórico-ideológica” (FLORÊNCIO et al., 2016), uma vez que representam as condições exteriores, responsáveis por oferecer elementos constitutivos do dizer da empresa.

As condições de produção do ponto de vista estrito, estão relacionadas à circunstância da enunciação ou situação imediata. Trata-se de uma enunciação direcionada à sociedade em geral, com linguagem relativamente simples e muito mais espaço para imagens do que para texto. Destaque-se que as fotografias foram selecionadas de modo a transparecer uma imagem de uma empresa pujante, importante para a economia do estado e cuja prioridade seria a segurança das pessoas (BRASKEM, 2022). Não há no documento nenhuma imagem que revele a dimensão da devastação provocada pelo afundamento do solo em cinco bairros da capital alagoana. Relatórios como esse, que integram o gerenciamento da sustentabilidade, têm por praxe operar um processo de higienização que contribui a favor de uma imagem menos negativa da empresa (SIMÕES, 2019).

Em AD, entende-se que as formações discursivas e o interdiscurso, ou memória discursiva, resultam da história, pois esta oferece sentidos a determinado discurso (TFOUNI, 2008). Destarte, recorde-se que não há sentido dado, nem único e, tampouco, verdadeiro. Existem sentidos diversos que podem ser identificados para além das evidências (Florêncio et al., 2016). Amaral (2007) afirma que todo discurso se relaciona às suas condições sócio-históricas de produção, com as dinâmicas e relações sociais, desde a estrutura até a superestrutura. Conhecer os processos que constituem os sentidos, a forma como o texto os produz, é tarefa do analista do discurso, que o faz por meio de seu gesto de interpretação.

Tabela 1 – Circulação de Informações sobre o Crime em Diferentes Materialidades Discursivas

Título	Tipo	Fonte	Ano	Síntese
Tremor de terra é registrado e assusta moradores de Maceió.	Notícia	Veja	2018	Tremor de terra de 2,5 na escala Richter confirmado pelo Laboratório Sismológico da UFRN. Imagens circularam nas redes sociais com rachaduras em pisos e paredes provocadas pelo tremor.
Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL), volume 1.	Relatório Técnico	Serviço Geológico do Brasil (CPRM)	2019	A correlação entre zonas de falha que ocorrem nos bairros do Mutange e Bebedouro e a localização das minas de sal indicam que o processo de mineração interferiu diretamente na trama estrutural preexistente da região e favoreceu a reativação dessas estruturas, produzindo a subsidência, fissuras e rachaduras em superfície em parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro.
Caso Pinheiro/Braskem.	Comunicado institucional	Ministério Público Federal (MPF)	2021	Um colapso no solo (subsidência), em razão da exploração de sal-gema pela Braskem, atinge parte dos bairros do Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e Farol e todo o bairro do Mutange. A área afetada abrange mais de 14 mil imóveis e estava ocupada por cerca de 55 mil moradores e comerciantes. Os bairros afetados ocupam uma área de 2,7 mil metros quadrados, o equivalente a 255 campos de futebol.
A Braskem passou por aqui: a catástrofe de Maceió.	Documentário	Carlos Pronzato	2021	Braskem atua como governo paralelo. VLT reduziu transporte de 19 mil pessoas a cada hora e meia para 3 mil. Perdas de equipamentos e prédios públicos de valor histórico. Diâmetro e distância entre as minas excessivo gerou subsidência. Trabalhadores da pesca e mariscagem com geração de renda ameaçada por contaminação e desocupação de áreas. Comerciantes e empresários perderam seus negócios. Moradores sofrem com insegurança e isolamento socioeconômico. Indenizações subvalorizadas. Ausência de ampla escuta e participação social. Áreas desocupadas podem valer até R\$ 40 bilhões. Manipulação da mídia e silenciamento sobre o crime.
Grandes empresas são processadas no exterior por crimes ambientais	Notícia	Marcelo Godoy. O Estado de S. Paulo	2022	Controladoras da Samarco e Braskem questionadas. Tribunais da Holanda vão definir se julgam a Braskem por danos causados em Alagoas. O escritório de advocacia inglês PGMBM recentemente o equivalente a R\$ 623,5 milhões do fundo North Wall Capital para promover ações em nome de consumidores vítimas de injustiças que não têm recursos para processar corporações.
Rasgando a cortina de silêncio.	Livro	Elias Fragoso	2022	A maior parte das minas foram escavadas com diâmetros maiores e distâncias entre

		(org.)		elas menores que os parâmetros de segurança. Além do terremoto já houve explosão, contaminação de lençol freático, escavação sem monitoramento em falha geológica. Ausência de representação dos atingidos na definição do “acordo” e inação das autoridades em relação às providências quanto aos danos ao patrimônio histórico, turístico, urbanístico e paisagístico causados pela Braskem.
--	--	--------	--	--

Fonte: Elaboração dos autores (2022).

RESULTADOS

O gesto de interpretação aqui realizado evidencia que há uma estratégia discursiva por parte da Braskem que, ao valer-se de uma política do silêncio, consolida um dizer x para evitar o dizer y. O silêncio, especificamente uma de suas formas, é categoria fundamental para análise do corpus apresentado na Tabela 2. Orlandi (2015), revela que o mais importante nunca se diz, que o silêncio é capaz de atravessar palavras, de dar sentido e é fundante; o silêncio é o real da significação, o real do discurso. O silêncio não fala, mas é, portanto, significativo. A tese fulcral desse gesto de interpretação é que a Braskem estabiliza em seu dizer a designação “fenômeno geológico” e, ao fazê-lo, censura outros sentidos, já em circulação, conforme Tabela 1, que remetem ao crime corporativo. Da política do silêncio (ORLANDI, 2015), destaca-se nessa análise o silêncio local ou censura. Trata-se da interdição, do apagamento de sentidos possíveis; da proibição de dizer algo, em uma conjuntura específica, no interior da formação discursiva da sustentabilidade empresarial.

O papel que cabe à ideologia no discurso da sustentabilidade empresarial é, portanto, direcionar a interpretação de sentidos. É a ideologia que determina aquilo que pode e que deve ser dito. Há sentidos produzidos na formação discursiva da sustentabilidade empresarial, da qual o sujeito do discurso toma posição e seleciona seus dizeres, uma vez que o que está dito ou escrito tem seu sentido alterado a depender da posição de quem diz ou emprega palavras, expressões, proposições etc., porque o sentido é adquirido tendo por referência tais posições inscritas em determinadas formações ideológicas (PÊCHEUX, 2016).

Tabela 2 – Corpus de Análise

SD	Enunciado	Seção	Página
1	Desde 2018, a Braskem vem contribuindo com o poder público na compreensão do fenômeno geológico em Maceió e na minimização dos efeitos sobre os moradores.	Mensagem da Braskem	6
2	A empresa contratou estudos independentes, no Brasil e no exterior, para ampliar a análise dos fenômenos geológicos feita por órgãos oficiais como o Serviço Geológico Brasileiro (CPRM).	Mensagem da Braskem	6
3	O acordo prevê medidas para mitigação, reparação e compensação dos impactos no Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol. Também contempla a estabilização dos poços de sal-gema desativados e o monitoramento do fenômeno geológico e dos eventos de subsidência na região, nos próximos anos.	Acordo para Reparação Socioambiental	46

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Braskem (2022a; 2022b)

Na SD₁, a utilização do verbo *contribuir* vinculado ao substantivo *compreensão*, que representa uma das finalidades da ação da empresa, juntamente com o poder público, veicula um sentido de cooperação, auxílio, ajuda. A conjunção coordenativa aditiva “e” introduz uma segunda oração que põe em operação um sentido que constrói uma imagem altruísta da Braskem. A empresa coopera, assim, para que haja uma compreensão de tal fenômeno geológico e também de suas consequências danosas sobre os moradores. Tratando-se de um documento que sintetiza as ações da empresa no âmbito de seu programa de compensação financeira e apoio à realocação, devido a um fenômeno ocorrido há quatro anos atrás e que, desde 2019 teve sua causa imputada à Braskem pelo Serviço Geológico do Brasil, fica evidente que há uma mobilização de sentidos para fazer parecer que não houve comprovação científica sobre a responsabilidade da empresa no desastre.

Produziu-se um sentido de que, mesmo não sendo a responsável pelo crime-desastre, há uma empresa altruísta que arca financeiramente com os custos da reparação das consequências danosas de um fenômeno que, de fato, é geológico. Porém, permanece interdito o dizer de que a causa advém da ação humana direta devido ao não cumprimento das normas de segurança inerentes ao processo de extração do minério pela Braskem (CPRM, 2019; GALINDO, 2022). A partir da SD₂, nota-se que a censura à assumir a autoria do crime permanece. Instaura-se a dúvida sobre o estudo realizado e publicado em um conjunto de relatórios documentados pela CPRM. Ao empregar os adjetivos “independente” e “exterior”, discursivamente, abre-se a possibilidade de uma explosão de sentidos. primeiro de que o trabalho da CPRM é duvidoso e, mais ainda, há que se buscar fora do Brasil, pois certamente lá fora há mais competência e confiança institucional. Depois, um sentido de que um órgão

oficial, ou seja, público, não merece credibilidade no diagnóstico da causa do fenômeno geológico em questão. Além do exposto, a expressão “estudos independentes” corrobora a análise em curso e produz um efeito capaz de inverter a lógica do crime.

A empresa privada, ao instaurar a dúvida sobre o diagnóstico realizado por uma empresa pública, com 52 anos de história no Brasil, atualiza sentidos neoliberais já produzidos e em circulação, via interdiscurso, que sobrepõem a lógica empresarial privada sobre o serviço público no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990. Considera-se a relação entre texto, interdiscurso e sentidos. Todo texto, sendo objeto linguístico-histórico tem sua historicidade, sua relação com outros textos, suas condições de produção e com o interdiscurso (sua exterioridade constitutiva).

A Braskem, pela via do interdiscurso, que corresponde ao retorno de discursos já construídos, realiza uma produção discursiva capaz de mobilizar e, quando necessário, ressignificar o já dito. O interdiscurso é representado por tudo aquilo que já foi falado anteriormente, em outro lugar e que possibilita dizeres outros, sempre histórica e ideologicamente marcados (FLORÊNCIO et al., 2016). É, pois, o interdiscurso, operando como pré-construído, que dota a enunciação de elementos apropriados por uma sequência discursiva (COURTINE, 2014).

O que está, de fato, em questão ao mobilizar um sentido de independência desses estudos na SD₂? Independência de quê? Para quem? Uma contratação de estudos geológicos feitas a qualquer outra empresa privada, pagos por uma grande empresa privada de abrangência internacional, responsável direta por um desastre de grandes proporções em uma capital brasileira, teria condições de ser mais independente do que o diagnóstico dado pelo CPRM?

Na SD₃, a sequência de três substantivos marca o escopo da responsabilidade da Braskem, assumida junto ao Ministério Público Federal (MPF). Estão em evidência os objetivos a atingir: mitigar, reparar e compensar os danos gerados em cinco bairros atingidos em Maceió. Apesar de silenciar a autoria, a empresa segue oferecendo informações acerca do escopo que lhe cabe para amenizar os impactos. O dito da empresa tenta produzir um sentido de que os bairros em questão foram atingidos por um fenômeno da Natureza, um evento inesperado e desvinculado da mineração desastrosa (GALINDO, 2022) do sal-gema. Na segunda parte da SD₃ há um trabalho de inversão da lógica que embuça, mais uma vez, a responsabilidade da Braskem como autora do desastre. O foco da empresa se direciona ao

monitoramento do fenômeno geológico, de possíveis subsidências futuras, produzindo um efeito de sentido que desloca a responsabilidade do monitoramento da mineração predatória, que por sua vez, deu origem à subsidência em 2018. Ou seja, ao invés de haver um monitoramento da atividade produtiva para que esta cumpra os protocolos de segurança, vai-se monitorar um fenômeno da natureza desvinculando-o da ação humana e, principalmente, da mineração.

A designação acordo, na SD₃ deve ser problematizada uma vez que as vítimas se dizem sem alternativas a não ser a aceitação compulsória (PRONZATO, 2022). Os atingidos não foram ouvidos, mas forçados a aceitar, devido à situação de necessidade, inclusive houve imposição de valores de indenizações por parte da Braskem, que tem atrasado pagamentos, ignorado atualizações monetárias e ainda passa a ser proprietária de toda a área desocupada (VIEIRA, 2022). O dito acordo de dezembro de 2020 foi firmando entre a Braskem e os Ministérios Públicos Federal e do Estado de Alagoas vem sendo duramente criticado pelos refugiados ambientais, pessoas que perderam casas e empresas (FRAGOSO, 2022).

No discurso do dizer x para não deixar dizer y, existe uma posição-sujeito identificada com a formação discursiva da sustentabilidade empresarial, regida pela formação ideológica do capitalismo (AMARAL, 2007). Pelo mecanismo do esquecimento (PÊCHEUX, 2016), o sujeito do discurso reproduz o que é considerado bem dito pela lógica gerencialista no capitalismo. Tal formação ideológica é a origem do dizer, a partir da posição-sujeito do gestor, que tanto mobiliza sentido em certa direção, como também, opera o silêncio quando lhe é conveniente. Posição-sujeito, porta voz do discurso gerencialista (PESSINA et al., 2020). Toda formação discursiva é um espaço discursivo não fechado, inserido em uma formação ideológica materializada no discurso, cujo funcionamento ideológico não é transparente (FLORÊNCIO, 2013). Por esse gesto de interpretação, entende-se a formação ideológica (PÊCHEUX, 2016) do capitalismo como aquela que determina o que pode e deve ser dito no discurso da Braskem. É, pois, no âmbito da formação discursiva da sustentabilidade empresarial que o sujeito enunciador lança mão de dizeres e, o faz, [re] produzindo uma prática discursiva gerencialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No modelo socioambiental vigente, grandes empresas como a Braskem se apropriam

privadamente de bens naturais coletivos, de modo a aumentar sua lucratividade pela transformação de bens não mercantis em mercadoria, transferindo danos sociais e ambientais à sociedade. É possível identificar que a Braskem tenta produzir sentidos cujos efeitos são úteis no atendimento aos interesses do capital, a partir de um processo discursivo no qual “[...] se diz x para não (deixar) dizer y, este sendo o sentido a se descartar do dito [...]” (ORLANDI, 2015, p. 73). Expressa-se, assim, a política do silêncio, produzindo um recorte entre o que se diz e o que se cala, o apagamento de sentidos a serem evitados (ORLANDI, 2015), ou seja, o dizer é direcionado para tratar o maior crime socioambiental em área urbana em curso no planeta como evento da Natureza ao invés de consequência de extração desastrosa de sal-gema.

Por um lado, o dizer da Braskem produz sentidos que corroboram a imagem de empresa comprometida com uma agenda de sustentabilidade, com a segurança das pessoas e das comunidades. Evoca o sentido de agilidade, sucesso e empenho na tarefa de realocação e compensação das famílias e reparação dos impactos ambientais, urbanísticos e sociais nas regiões afetadas. Por outro lado, das demais materialidades discursivas (tabela 1), apreende-se sentidos que contestam a empresa. Seu intradiscorso, é marcado pelo não dito, pela omissão e pela utilização da designação “fenômeno geológico” de forma a produzir um sentido de desligamento da responsabilidade pela ação empresarial que levou a um consequente evento geológico (subsidência).

Há evidências levantadas por pesquisadores alagoanos que contrapõem o discurso da Braskem à realidade. Na apreciação de Galindo (2022) está explícito que de 1975 a 1995 não existiu projeto técnico de localização das minas nem estudo para verificação da possibilidade de ocorrer alguma subsidência; acima de 70% das minas possuíam diâmetros superiores e distâncias entre si superiores ao recomendado; e não existe estudo preliminar para detecção de subsidência futura em um raio de 950 metros. Por sua vez, Padilha (2022, p 128), afirma que “[...] as atividades de mineração do sal-gema aconteceriam em um limbo de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis, a exemplo do Instituto do Meio Ambiente (IMA), durante praticamente 40 anos, contados até os dias atuais”. Tais evidências denotam que há relações entre a Administração Pública e a empresa, que se favorece do poder econômico e mantém-se com os proveitos enquanto prejudicam a Natureza e as pessoas atingidas direta e indiretamente pelos efeitos da subsidência provocada pela mineração.

No discurso gerencial, fala-se de sustentabilidade para não falar na

in(sustentabilidade), nos crimes, nos abusos perpetrados por empresas. Ao nomear, reiteradamente, o resultado de uma mineração desastrosa por fenômeno geológico, a Braskem além de não assumir a autoria, visa a não deixar se consolidar a ideia de que houve um crime corporativo que levou à subsidência. Quanto mais outras organizações nomeiam o evento de crime, mais a empresa consolida em seu dizer a adoção da designação fenômeno geológico. O sujeito do discurso busca operar um deslizamento da atenção de quem recebe a mensagem, da autoria do crime, instaurando outros sentidos: cooperação com os poderes públicos; responsabilidade com Maceió e a população atingida; eficiência na reparação, etc. Está, portanto, presente no funcionamento discursivo, não somente a omissão diante da autoria do crime, mas a utilização da linguagem de forma a atenuar a gravidade dos fatos. Não sendo a causadora, a Braskem é, portanto, parte da solução, é uma empresa comprometida com a sustentabilidade e o bem-estar da população alagoana, se faz presente e envida esforços para consertar os efeitos de uma tragédia.

Pode-se arrolar como limitações do trabalho que aqui se relata dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito ao fato de apresentar um *corpus* homogêneo, ou seja, as SDs retiradas de uma materialidade discursiva produzida pela empresa. Para uma pesquisa futura, pode-se buscar entrevistar representantes dos atingidos de modo a possibilitar um gesto de interpretação, de modo a confrontar seu discurso ao da Braskem. A segunda limitação diz respeito às sequências discursivas escolhidas. Os enunciados representados compõem um quadro, um *framework*, que pode não ser o mesmo a partir de diferentes excertos e olhares, de dessemelhantes discursos e interpretações. Outra pesquisa pode chegar a avaliações adicionais, acessórias, distintas, por que não contraditórias (?!), por meio de diferentes SDs, que sem dúvida expressarão uma aproximação intersubjetiva em contraste (composição?) particular com o objeto.

Identificou-se que há diversos pontos cegos no desenrolar dos fatos entre a Braskem, as organizações públicas que asseguram o acordo, os atingidos e a população de Maceió como um todo. Tais pontos representam uma interessante agenda de pesquisa futura. Não há ainda acesso público a um orçamento aberto que revele as exatas cifras a serem gastas e suas respectivas rubricas. Não se produziu e divulgou informações sobre a quantidade e a nomeação de cada prédio histórico, público ou privado que foi condenado à destruição, quais as repartições, equipamentos e serviços públicos que foram interrompidos seja temporária ou definitivamente. Como, quando e em quanto a empresa pretende indenizar os governos

estadual e municipal pelos impactos causados não aparece como informação pública. Tampouco, os órgãos públicos envolvidos explicam porque as famílias que estão em isolamento socioeconômico não entram compulsoriamente no PCF uma vez que a Defesa Civil de Maceió reconheceu em relatório (MACEIÓ, 2021) que não há condições de manutenção da vida nesses locais.

A produção intelectual crítica tem revelado que há distribuição desigual entre rejeitos e proveitos, segundo a lógica neoliberal que rege a economia-mundo capitalista, com vistas a privatizar os lucros e socializar os danos ambientais tal qual aparenta ser o caso em questão em Maceió. Para essa interpretação do discurso da Braskem, partiu-se dos pressupostos teórico-metodológicos da AD, que se alinham à teoria do discurso e aos fundamentos do materialismo histórico que a constitui.

REFERÊNCIAS

- ACCO, M. A. Os Estados, o sistema-mundo capitalista e o sistema interestatal: uma leitura crítica das contribuições de Immanuel Wallerstein. **Revista de Economia Política**, v. 38, n. 4, 708-730, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-35172018-2653>
- ACSELRAD, H. Pueblos y comunidades tradicionales, grandes empresas y estrategias de territorialización. **Mundos Plurales**, v. 6, n. 2, 47-61, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17141/mundosplurales.2.2019.4245>.
- AMARAL, M. **O Averso do Discurso**: Análise de Práticas Discursivas no Campo do Trabalho. Edufal, 2007.
- ANGELO, M. Crime socioambiental transformado em lucro imobiliário: o caso da Braskem em Maceió. **Observatório da Mineração**, 9 de ago., 2021. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/crime-socioambiental-transformado-em-lucro-imobiliario-o-caso-da-braskem-em-maceio/>
- AKBAR, F.; OMAR, A. R. B.; WADOOD, F.; TASMIN, R. B. The niche marketing strategy constructs (elements) and its characteristics: a review of the relevant literature. **Galore International Journal of Applied Sciences and Humanities**, v. 1, n. 1, 73-80, 2017. Disponível em: https://www.gkpublication.in/GIJASH_Vol.1_Issue.1_March2017/Abstract_GIJASH0011.html
- ARRIGHI, G.; BARR, K.; HISAEDA, S. The transformation of business enterprise. In: ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. (ed.). **Chaos and governance in the modern world system**. [S.l.]: University of Minnesota Press, 1999. p. 97-150.
- AWASS, O. Outlines of a global power-field (GPF) theory (part 1): mapping the dynamics of the modern world-system and its penetration in the Middle East c. 1850-1950. **Journal of World-Systems Research**, v. 27, n. 2, 545-565, 2021. DOI:

<http://dx.doi.org/10.5195/JWSR.2021.1031>

AWASS, O. The new shape of the global power-field (GPF) after the transformation of the moderno world-system post-world war II (part 2): further outlines in the Evolution of the field and its impacts on the Global South. [S.l.], *Journal of World-Systems Research*, v. 28, n. 1, p. 4-24, 2022. <http://dx.doi.org/10.5195/JWSR.2022.1071>

BIERMANN, F; HICKMANN, T; SÉNIT C.-A.; BEISHEIM, M.; BERNSTEIN, S.; CHASEK, P.; GROB, L.; KIM, R. E.; KOTZÉ, L. J.; NILSSON, M.; LLANOS, A. O., OKEREKE, C.; PRADHAN, P.; RAVEN, R.; SUN, Y.; VIJGE, M. J.; VAN VUUREN, D.; WICKE, B. Scientific evidence on the political impact of the Sustainable Development Goals. **Nature Sustainability**, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41893-022-00909-5>.

BRASKEM. **Programa de Compensação Financeira chega a 15.772 propostas apresentadas em junho**. [S.l.], 7 jul., 2022a. Disponível em: <https://www.braskem.com/noticia-alagoas/programa-de-compensacao-financeira-chega-a-15772-propostas-apresentadas-em-junho#>

BRASKEM. **Programa de compensação financeira e apoio à realocação**: as ações em Maceió. [S.l.], 2022b. Disponível em: <https://www.braskem.com/noticias-alagoas>.

BRASKEM. **Estrutura societária**. [S.l.], 2021a. Disponível em: <https://www.braskem-ri.com.br/a-companhia/estrutura-societaria/>

BRASKEM. **Relatório Integrado 2020**. [S.l.], 2021b. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/relatoriointegrado2020>

CARROL, A.B. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. [S.l.], **Business And Society**, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1177/02F000765039903800303>

CHESNAIS, F. **Finance Capital Today**: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump. Brill, 2016.

COURTINE, J.-F. **Análise do Discurso Político**: o Discurso Comunista Endereçado aos Cristãos. EdUFSCar, 2014.

CRISTALDO, R. C. **A Indústria Brasileira de Construção Civil Entre 1964 e 1979**: Constituição das Bases Nacionais para o Processo de Internacionalização. 2011, 127 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7626>

DENEMARK, R. Pre-emptive decline. [S.l.], **Journal of World-Systems Research**, v. 27, n. 1, p. 149-176, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5195/JWSR.2021.1030>

DIAS, R. **Gestão Ambiental**: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 2. ed. [S.l.]: Atlas, 2012.

ERGENE, S.; BANERJEE, S. B.; HOFFMAN, A. J. (Un)Sustainability and organization studies: towards a radical engagement. [S.l.], **Organization Studies**, p. 48, n. 8, p. 1319-1335, 2020.

DOI: <https://doi.org/10.1177%2F0170840620937892>

FARIA, J. H. de. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. **Organizações e Sustentabilidade**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 2-25, 2014.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, [s.l.], v. 39, n. 1, p. 27-43, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>

FLORENCIO, A. M. G., MAGALHÃES, B., SILVA SOBRINHO, H. F. da.; CAVALCANTE, M do S. A. de O. **Análise do Discurso: Fundamentos & Prática**. Maceió: Edufal, 2016.

FLORENCIO, T. M. **Os Sentidos de Público no Discurso Educacional dos Governos Lula (2003-2010)**. Maceió: Edufal, 2013.

FRAGOSO, E. (ed.). **Rasgando a Cortina de silêncio: o Lado B da Exploração do Sal-gema de Maceió**. Maceió: Editora Instituto Alagoas, 2022.

FRANÇA, R. Bairros afundando transformam parte de Maceió em cidade fantasma e atraem curiosos. **BBC News Brasil**, [S.l.], 20 de novembro, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59179804>

FREITAS, R. de C. M.; NELSON, C. M.; NUNES, L. S. A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável. [S.l.], **Revista Katálysis**, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802012000100004>

GALINDO, A. Aspectos técnicos de uma mineração desastrosa. In: FRAGOSO, E. (ed.). **Rasgando a Cortina de silêncio: o Lado B da Exploração do Sal-gema de Maceió**. Maceió: Editora Instituto Alagoas, 2022.

GASPAR, M. **A Organização: a Odebrecht e o Esquema de Corrupção que Chocou o Mundo**. [São Paulo?]: Companhia das Letras, 2020.

GODOY, M. Grandes empresas são processadas no exterior por crimes ambientais. **Correio do Povo de Alagoas**, [S.l.], 8 ago., 2022. Disponível em: <https://correiodopovo-al.com.br/geral/grandes-empresas-sao-processadas-no-exterior-por-crimes-ambientais>

GUEDES, M. C. **A Política dos Campeões Nacionais Aplicada no Brasil e sua Implementação por Meio do BNDES no Período 2004-2014**. 2009, 152 f. Dissertação – (Mestrado em Economia), Programa de Pós-graduação em Economia, Centro Sócio-econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214631>

HARVEY, D. A acumulação via espoliação. In D. Harvey. **O Novo Imperialismo**. 7. ed. Trad. A. Sobral & M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2013. p. 115-149.

HORNBORG, Alf. The World-System and the Earth System: Struggles with the Society/Nature Binary in World-System Analysis and Ecological Marxism. **Journal of World-Systems Research**, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 184-202, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5195/JWSR.2020.989>

ICHIKAWA, E. Y.; CARRIERI, A. de P. Da Rio 92 à Rio+ 20: a revista Exame e a institucionalização da sustentabilidade. **Razón y Palabra**, [S.l.], v. 18, n. 87, p. 417-433, 2014. Disponível em: <https://revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/606>

IVO, Anete B. L. A noção de governança: um novo regime de ação para o desenvolvimento sustentável e a produção das ciências sociais. In: IVO, A. B. L. (ed.). **A reinvenção do desenvolvimento**: agências multilaterais e produção sociológica. Salvador: Edufba, p. 37-104, 2016.

JONES, Ellie-Anne; STAFFORD, Rick. Neoliberalism and the Environment: Are We Aware of Appropriate Action to Save the Planet and Do We Think We Are Doing Enough? **Earth**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 331-339, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/earth2020019>

LANDRUM, N. E. Stages of corporate sustainability: integrating the strong sustainability worldview. **Organization & Environment**, [S.l.], v. 31, n. 4, p. 287-313, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177%2F1086026617717456>

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Proposta**, [S.l.], v. 25, n. 71, p. 1-5, 1997.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**: a Territorialização da Racionalidade Ambiental. Trad. J. E. Silva. Petrópolis: Vozes, 2009.

LÉLÉ, S. M. Sustainable development: a critical review. **World Development**, [S.l.], v. 19, n. 6, p. 607-621. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(91\)90197-P](https://doi.org/10.1016/0305-750X(91)90197-P)

LIM, W. Chaebol and industrial policy in Korea. **Asian Economic Policy Review**, [S.l.], v. 7, n.1, p. 69-86, 2012. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1748-3131.2012.01218.x>

LIMA, G. G. B. O conceito de governança global do desenvolvimento sustentável no estudo da efetividade da norma jurídica: reflexões epistemológicas. **Nomos: Revista do Programa de Pós-graduação em Direito da UFC**, [S.l.], v. 32, n. 2, p. 157-178, 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/nomos/article/view/356>.

PADILHA, I. (2022). Novas rotas para uma cidade à deriva. In: FRAGOSO, E. (Ed.). **Rasgando a Cortina de silêncio**: o Lado B da Exploração do Sal-gema de Maceió. Maceió: Editora Instituto Alagoas.

PESSINA, M. E. H.; SIMÕES, P. É. M.; KRAYCHETE, E. S.; SILVA, S. E. V. D. Discurso gerencialista nas organizações não governamentais (ONGS) e ideário neoliberal pós 1990: análise a partir da cooperação internacional não governamental para o desenvolvimento. **Gestão & Planejamento**, [S.l.], v. 21, p. 279-297, 2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.21714/2178-8030gep.v.21.6602>.

MACEIÓ. **Relatório de Avaliação Socioeconômica do Flexal de Cima, do Flexal de Baixo e Parte da Rua Marquês de Abrantes, no Período de 17/03 a 30/04/2021 em Bebedouro — Maceió/AL**. Maceió, AL: Prefeitura de Maceió, 2020.

MANUKIAN, I. To the question of the essence of business clusters: a literature review of

existing approaches. **Management of Sustainable Development Journal**, [s.l.], v. 14, n. 1, p. 4-9, 2022. <https://doi.org/10.54989/msd-2022-0001>

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**: Rumo a Uma Teoria da Transição. Trad. P. S. Castanheira & S. Lessa. Boitempo Editorial, 2015.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Leviathan**: Crítica do Estado. Trad. N. Schneider. Boitempo, 2021.

MILANI, B.; RIGHI, M. B.; CERETTA, P. S.; DIAS, V. da V. Práticas de sustentabilidade, governança corporativa e responsabilidade social afetam o risco e o retorno dos investimentos? **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, [s.l.], v. 5, p. 667-682, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5902/198346596946>.

MONTIEL, I.; DELGADO-CEBALLOS, J. Defining and measuring corporate sustainability: are we there yet? **Organization & Environment**, [s.l.], v. 27, n. 2, p. 113-139, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/1086026614526413>

MOORE, J. W. How to read capitalism in the web of life: towards a world-historical materialism in the web of life. **Journal of World-Systems Research**, [s.l.], v. 28, n. 1, p. 153-168, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5195/jwsr.2022.1127>

MOREIRA, L. A. L. **A (In)sustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável**. 2019. 164 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/6421>

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma Crítica a afirmação do óbvio. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

BRASIL. Republica Federaltiva do Brasil. Ministério Público Federal (MPF). **Caso Pinheiro**. Brasília, 2021. <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-pinheiro>

NAKAMURA, M. **The Japanese Business and Economic System**: History and Prospects for the 21st Century. Palgrave: Springer, 2001.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. **Desenvolvimento Sustentável**: a Institucionalização de um Conceito. [S.l.]: Edições IBAMA, 2002.

OLIVEIRA, C. R. de; SILVEIRA, R. A. da. Um ensaio sobre crimes corporativos na perspectiva pós-colonial: desafiando a literatura tradicional. **Revista de Administração Contemporânea**, [s.l.], v. 25, n. 4, p.1-17, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2021190144.por>

OPIELKA, M. The concept of social sustainability and its challenges for the sociology of social policy. **Sozial Politik.Ch**, [s.l.], v. 1, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.18753/2297-8224-191>

ORLANDI, E. P. Observações sobre análise de discurso. *In*: ORLANDI, E. P. (ed.). **Terra à Vista!** Discurso do Confronto: velho e novo mundo. [S.l.]: Cortez, 1990. p. 25-37.

ORLANDI, E. P. **As Formas do Silêncio**: no Movimento dos Sentidos. 6.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2016.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**: Formulação e Circulação do Sentidos. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2022.

PATTBERG, P. La gouvernance, une simple mode? *In*: JACQUET, P. R.; PACHAURI, K.; TUBIANA, L. (org.). **Regards Sur la Terre**: L'annuel du Développement Durable. [s. l.]: Les Presses Sciences Po, 2009.

PIMENTA, R. de M.; VENTURINI, O. International cooperation and negotiated settlements for transnational bribery: a study of the Odebrecht case. **Revista Direito FGV**, [s.l.], v. 17, n. 2, e2131, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6172202131>

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

PRATES, V. **A Natureza Deslocada**: Construção dos Sentidos da Sustentabilidade nas Revistas de Economia e Negócios Exame, Época Negócios e IstoÉ Dinheiro. Ano, folhas. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica), Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013. Repositório PUCSP. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/4538>

PRONZATO, C. **A Braskem passou por aqui: a catástrofe de Maceió**. *Youtube*. [S.l.], 5 de agosto, 2021. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=zBOJbOGcBwo>

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. et al (org). **A Colonialidade do Saber**: Eurocentrismo e Ciências Sociais, Perspectivas Latino-Americanas. [S.l.]: Clacso, 2005. p. 117-142.

SANT'ANNA, A. A.; WELLER, L. **The threat of communism during Cold War**: a constraint to income inequality? [S.l.], *CEDE*, 2019. (Texto para Discussão, 144). Disponível em: <http://cede.uff.br/>

SANTOS, F. Governo vende ações da Salgema com ágio de 138%. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 6 out, 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/06/brasil/34.html>

SANTOS, C. G. dos; OLIVEIRA, J. G. J. de; MENDONÇA, I. Q. de; MARQUES, L. F.; OLIVEIRA, K. L. de C. Solo em subsidência em bairros de Maceió-AL: emergências impostas aos agentes produtores do espaço urbano. **Revista Ímpeto**, [s.l.], v. 10, n. 10, 90-100, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaimpeto/article/view/11489>

SCHMITTER, P. (1974). Still the century of corporatism? **The Review of Politics**, [s.l.], v. 36, n. 1, p. 85-131. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0034670500022178>.

SÊGA, C. M. P. Publicidade, entretenimento e consumo: aspectos interativos. **Revista**

Novos Olhares, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 41-49, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.n0.2012.55399>

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM). **Estudos sobre a Instabilidade do Terreno nos Bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL):** Ação Emergencial no Bairro Pinheiro (V. 1). CPRM, 2019. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/imprensa/pdf/relatoriosintese.pdf>

SHI, Z.; OUYANG, J.; WANG, H. A comparative study on the organizational structure between Japanese Keiretsu and Korean Chaebol and the trend as well. **World Economic Research**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 9-20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12677/wer.2019.82002>.

SIMÕES, P.; ERICSON, S. (2021). Modelo socioambiental global e mineração no Brasil: a relação entre Estado e mercado em discurso. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, [s.l.], v. 46, n. 252, p. 134-165. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2021.n252.p134-165>

SIMÕES, P. E. M. **Fazer Dinheiro: o Averso do Discurso da Sustentabilidade na Vale.** 2019. 230f. Tese (doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32136>

TEITELBAUM, A. **La Armadura del Capitalismo:** El Poder de las Sociedades Transnacionales en el Mundo Contemporáneo. [S.l.]: Icaria Editorial, 2010.

TFOUNI, F. E. V. Interdito e o silêncio: duas Abordagens do Impossível na Linguagem. **Linguagem em (Dis)Curso**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 353-371, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-76322008000200008>

THOMPSON, W. R. **Power Concentration in World Politics:** The Political Economy of Systemic Leadership, Growth, and Conflict. [S.l.], Springer, 2020.

UNITED NATIONS. **Report of the World Commission on Environment and Development:** note / by the Secretary-General. [Nova York]: ONU, 4 ago., 1987. DOI: <https://digitallibrary.un.org/record/139811#record-files-collapse-header>

VEIGA, J. E. da. **Para Entender o Desenvolvimento Sustentável.** [S.l.], Editora 34, 2015.

VEJA. Tremor de terra é registrado e assusta moradores de Maceió. **Veja**, [Rio de Janeiro], 10 dez., 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/tremor-de-terra-e-registrado-e-assusta-moradores-de-maceio/>

VIEIRA, C. Direitos do município de Maceió e da sociedade civil frente aos danos causados pela Braskem. In FRAGOSO, E. (org.). **Rasgando a Cortina de silêncios: o Lado B da Exploração do Sal-gema de Maceió.** [Maceió], Instituto Alagoas, 2022. p. 147-170.

VISVANATHAN, S. Mrs. Bruntland's disenchanted cosmos. *Alternatives: Global, Local, Political*, [s.l.], v. 16, n. 3, p. 377-384, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40644721>

Dados do autor

Paulo Everton Mota Simões

Doutor e Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Gestão do Desenvolvimento e Responsabilidade Social (CIAGS/UFBA) e Bacharel em Administração (UFBA). Atualmente é Professor do Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas no campus de Arapiraca. E-mail: paulo.simoese@arapiraca.ufal.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6410137804123156>.

Rômulo Carvalho Cristaldo

Doutor em Administração (NPGA/UFBA), Bacharel e Mestre em Administração (UFBA). Professor Adjunto da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor do Mestrado Profissional em Administração Pública em rede nacional (Profiap/UFGD). E-mail: romulocristaldo@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6792659998157485>.